

F A P A - Núcleo Integrado de Pós-Graduação

Especialização em História Africana e Afro-brasileira

A LEI 10639/2003 E SEUS REFLEXOS NOS MATERIAIS DIDÁTICOS: UMA ANALISE SOBRE O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Kelly da Silva Moraes*

RESUMO: A aprovação da Lei 10.639/2003 que torna obrigatório a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, acabou gerando um grande movimento nas academias e escolas, tanto no sentido de formação de professores, quanto de produção de materiais didático-pedagógicos. O presente artigo tem por objetivo analisar como a História do negro é representada em 3 coleções de livros didáticos de ensino Fundamental editados após a promulgação da lei. Observaremos como a História do Negro é inserida na História do Brasil, e de que maneira essa representação no material didático contribui para uma educação voltada para diversidade e de combate as discriminações.

Palavras Chaves: História do Brasil; ensino de História; representações; negros escravizados; educação anti-racista.

As políticas de ações afirmativas ganharam relevância na sociedade brasileira nos últimos anos. A demanda por ações reparatórias visa que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista. A exigência de tais políticas é luta histórica do Movimento Negro no Brasil, e tem por objetivo eliminar desigualdades historicamente acumuladas. As ações afirmativas também se concretizam em iniciativas de combate ao racismo e demais discriminações sofridas pela população negra.

No que diz respeito a educação, algumas medidas estão em processo de implementação. A Lei 10.639/2003¹, é uma ferramenta fundamental na educação anti-racista, pois contribui para

* Acadêmica do curso de Especialização em História Africana e Afro-Brasileira. Artigo apresentado a disciplina de Escravidão e Resistência no Brasil: análise historiográfica; julho, 2006.

¹ Lei n.º 10639, de 9 de Janeiro de 2003.

Altera a lei 9,394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências .

O PRESIDENTE DA REPUBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1º A Lei 9,934 de 20 de dezembro de 1996 passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26 – A, 79 -A e 79 -B:

“Art 26 – A Nos estabelecimentos d ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino

educação das relações étnico-raciais e para valorização da história da população negra no nosso país.

A inclusão da temática de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares se dá no sentido de ampliar a discussão da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Assim é importante ressaltar que o artigo 26A acrescido a lei 9.394/1996 provoca bem mais que a inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para a aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas (MEC,2004). Em outras palavras, a inserção das temáticas relativas a Lei 10.639/2003 diz respeito a desconstrução da história tradicional de constituição da sociedade brasileira, alicerçada no “mito da democracia racial”, contribuindo assim para combater o racismo². Este mito no Brasil, bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre ações afirmativas e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça atrasou também o debate nacional sobre a implementação do multiculturalismo no sistema educacional.

Entendemos que para implementação da Lei e o cumprimento de seus pressupostos, é necessário a aproximação das novas pesquisas sobre escravidão e o ensino escolar de história, atualização e reformulação de materiais didáticos e formação de profissionais, estes elementos são fundamentais na formação de uma consciência política e histórica da diversidade.

O ensino escolar da História dos africanos escravizados no Brasil, em todos seus temas como escravidão, resistência, abolição, inserção do negro na sociedade, etc, deve ser feito segundo uma visão crítica e reflexiva que considere todos aspectos relativos a relações sociais, espaço e tempo.

sobre História e Cultura Afro-Brasileira.”

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput desta artigo incluirá o estudo da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

“Art. 79 – A (VETADO)”

“Art 79 B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

² Por racismo entendemos: “teoria baseada em uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que tem características físicas hereditária comum, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais [...] O racismo é a crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas. IN: Munanga, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, racismo, Identidade e etnia.

Neste sentido a historiografia brasileira sobre escravidão nos apresentam um grande leque para abordagem ao tema, e também verificamos um crescimento, nas últimas décadas, nos estudos da história social das classes populares. E ainda, como sintetiza Silva e Reis (1989:13) *a imensa massa populacional que se transferiu do continente africano para a colônia portuguesa não pode ser analisada apenas como força de trabalho*". Uma diversidade de temas e abordagens sobre a organização da vida dos escravizados passou a fazer parte da pauta dos pesquisadores e ajudam a recuperar os meios pelos quais os negros (cativos e libertos) buscavam ser sujeitos de sua história.

O ensino de História passou por diversas atualizações nas últimas décadas. A influência dos Planos Curriculares Nacionais (PCNs) demonstram a tentativa de mudança na organização do ensino no que concerne aos conteúdos escolares. Dentro destas mudanças, novos temas ganharam relevância, como a necessidade de se trabalhar com a diversidade cultural, realidade nacional e local, interdisciplinaridade, entre outro. Sendo assim esta temática entra nos currículos escolares, sobretudo no ensino de História. Por outro lado os materiais didáticos, em sua maioria, ainda apresentam uma organização cronológica dos eventos históricos consagrados pela Historiografia e que se impõem desde o século XIX (Pré-História, História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea). Neste sentido a História do Brasil aparece na maioria do material didático, nos volumes dedicados a 6º e 7º séries. Estes serão os volumes privilegiados na análise do presente artigo.

Nosso estudo, situa-se no contexto das discussões acerca da implementação do ensino de história e cultura afro-brasileira. E tem por objetivo fazer análise em livros didáticos de Ensino Fundamental, editados após a vigência da lei 10.639/2003. Para a implementação da Lei, além dos cursos de formação de professores, houve um esforço na elaboração de materiais didáticos que contemplassem a temática em questão. O livro didático é uma das ferramentas dos professores e muitas vezes é o único acesso a leitura de alguns alunos. Por isso é importante que os livros didáticos adotados pelos professores passem por periódicas análises e atualizações. Neste sentido nosso objetivo é analisar como a História do negro é representada nos livros didáticos no que diz respeito a História do Brasil. Nossa análise será sobre os seguintes aspectos:

a) Quanto a origem: é comum os livros didáticos começarem a abordar a história do negro a partir da colonização. Porém, muitas vezes não se explica de que região da África vinham os negros

aqui escravizados. Inclusive as referências a África são “genéricas”, como se fosse um país. Observaremos a maneira e sob que perspectiva os autores trabalham com a origem dos povos africanos e sua organização ainda em África.

b) Resistência Negra: Por se tratar de uma questão importante na desmistificação do negro com agente passivo a escravidão, analisaremos o espaço que os livros reservam a esta questão, e quais tipos de resistência. Pois como geralmente é abordada, só se faz referência aos quilombos, em especial o caso de Palmares.

c) Papel do negro na sociedade: O alicerce produtivo do Brasil foi por mais de 300 anos a mão-de-obra escrava. Consideramos que a utilização da mão-de-obra escrava seja um dos fatores importantes nas abordagens sobre história do Brasil, tendo em vista que após a Independência, o Brasil foi um estado escravista e sua política se organizou baseado nesta forma de produção. A contribuição do negro na sociedade brasileira, tradicionalmente é tratada sob aspectos culturais (e muitas vezes de forma “folclórica”). Entrará em destaque na análise as abordagens que expandem essa contribuição para as áreas econômica, política e social. Aqui será observado também os movimentos sociais negros, desde os tempos da escravidão.

d) O negro pós-abolição: Neste aspecto será considerado duas questões: Primeiro, sob que ótica os autores trabalham o processo abolicionista, o que a abolição formal representou naquele momento à população escravizada, e, em segundo os reflexos da escravidão na sociedade contemporânea. Enfoque dado a continuidade da luta por igualdade racial.

Como nosso objetivo é a História do negro no Brasil, deteremos a análise nos capítulos relacionados a História Brasileira bem como as relações apresentadas com a África, no que diz respeito a origem dos povos escravizados. Serão analisados as seguintes coleções: “Tudo é História”, de Oldimar Cardoso da editora Ática editado em 2006; “Saber e Fazer História” de Gilberto Cotrim editado pela editora Sariaiva em 2006 e “História Temática” de Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Cateli Junior, da editora Scipione editado em 2005.

Analisaremos cada obra e seus respectivos autores, destacamos que as duas primeiras coleções trabalham com a História Integrada (Geral e Brasil) e a última trabalha sobre a perspectiva de

eixos temáticos (história temática).

Tudo é História: Da História Moderna à História Contemporânea de Oldimar Cardoso

Os livros desta coleção são ricos em imagens, cada capítulo inicia com 2 ilustrações uma do período a que se refere e outra atual, em seguida é apresentada questões reflexivas relativo ao assunto que será estudado. Os conteúdos são apresentados buscando um diálogo com a atualidade .

O espaço dado ao negro escravizado, bem como os assuntos relacionados a ele, fica restrito aos capítulos em que se trata especificamente do escravismo, abolição e revoltas contra o Império. No volume da 6ª série, há um capítulo dedicado a África e Ásia (séculos XIV-XVI). Sobre a África há um texto sucinto e informativo dos reinos africanos de Gana, Mali, Songhai e Monotapa, destacando a grandiosidade e cultura dos povos que ali se desenvolveram até a chegada dos europeus. Porém não há uma problematização sobre o contato com estes últimos. É indicada através de um mapa, os locais de onde os africanos, que foram trazidos para o Brasil, eram originários.

Há nos livros desta coleção um rompimento com a visão tradicional da história que trata o negro como simples mão-de-obra, naturalizando o tráfico negreiro como fenômeno histórico, econômico e cultural derivado apenas da história européia, essa premissa é fruto do desconhecimento da história africana e de sua importância na articulação do mundo atlântico, presente na formação de pesquisadores e de professores brasileiros (MATTOS, 2003). Esta tentativa é explicitada no capítulo intitulado “A escravidão e resistência”, onde o autor destaca o cotidiano dos africanos escravizados.

Durante século XIX, muitos viajantes europeus escreveram relatos sobre a vida cotidiana nas cidades brasileiras, marcadas pela presença maciça de *negros escravizados*³ e forros. A visão desses autores contribuiu para difundir diversos mitos sobre a escravidão.(CARDOSO,2006)

Outro mito bastante divulgado é a crença de que raramente os *africanos escravizados* tinham família e, quando tinham, isso era uma estratégia do senhor para reduzir as rebeliões. A família serviria para garantir a paz entre escravos e senhores, ajudando a enraizar os escravos no local que habitavam. [...] isso demonstra que a família foi um dos elementos que contribuíram para a formação de uma comunidade de escravos em oposição aos senhores. Assim, a família não seria responsável pela manutenção do escravismo, mas sim uma ameaça a ele.(CARDOSO,2006:121)

Estes parágrafos são elucidativos quanto a questão da desmistificação do trabalhador

³ Grifos nossos.

escravizado como simples mão-de-obra passiva a sociedade escravista. Inclusive a referência aos cativos como “africanos escravizados” auxilia a desconstrução da naturalização *negro=africano=escravo* (MATTOS,2003:134).

A resistência é abordada nos livros desta coleção sob a perspectiva da negociação e conflito. São citadas as diversas formas de resistência dos africanos à escravidão. O caso em destaque, como a maioria do livros didáticos, é o Quilombo de Palmares, o texto sobre o quilombo é de uma página e tem um caráter descritivo, trata das experiências vivenciadas no quilombo. No mesmo texto é citado o 20 de Novembro, dia da Consciência Negra, como reivindicação do Movimento Negro. E ainda aborda a questão dos remanescentes de quilombos.

Atualmente, cerca de 2 milhões de afrodescendentes vivem em áreas remanescentes de quilombos. Eles lutam para que o Estado lhes reconheça o direito sobre as terras ocupadas por seus familiares há várias gerações. (CARDOSO,2006:123)

A abordagem dos textos demonstram as atividades dos cativos na sociedade brasileira e a negação da escravidão pelos negros, através das mais variadas formas de resistência. Ao final do capítulo há uma relação da escravidão com a atual situação da população negra, e suas lutas por igualdade racial através das ações afirmativas. Esta questão não é muito aprofundada, porém o autor relaciona a escravidão existente na África e sua diferença da escravidão colonial, em contraponto as idéias contrárias as ações reparatórias pelo fato da escravidão já ser conhecida em continente africano antes da chegada dos europeus.

De fato, antes da chegada dos europeus, muitas sociedades africanas escravizavam prisioneiros de guerra condenados pela justiça e pelos devedores. Mas essas sociedades não foram responsáveis pela desgraça de milhões de pessoas enviadas para a América por várias gerações. E nas sociedades africanas, os escravos não representavam a principal mão-de-obra como aconteceu no continente americano.

O fator responsável pela destruturação de inúmeras sociedades africanas foi o escravismo, inventado pelos europeus. Escravismo significa transformar a escravidão na principal forma de trabalho de uma sociedade. E isso não foi os africanos que inventaram.(CARDOSO, 2006:127)

Se por um lado o texto não aprofunda o que são as ações afirmativas, por outro fornece subsídio a uma boa discussão em sala de aula. Tendo em vista que é preciso discutir o que representou o escravismo colonial à população negra para o entender a situação socio-econômica desta população e compreender a discriminação racial sofrida a séculos, contribuindo assim para uma educação voltada

a diversidade e respeito as diferenças.

A sociedade brasileira do segundo Reinado é apresentada sob os aspectos da organização social, e expõe a situação conflituosa de uma sociedade escravocrata, que segundo o autor

[...] os brasileiros viviam numa sociedade escravocrata que significa subordinada ao “poder do escravo”. Os escravos não tinham poder político, mas viver em uma sociedade escravista significava viver sob tensão constante, esperando uma rebelião a qualquer momento. Assim os escravos tinham o poder de manter todo o restante da sociedade sob alerta permanente.
(CARDOSO,2006:95)

Neste sentido mais uma vez é dado um papel atuante aos negros escravizados, pois mesmo sendo “coisificados”, buscavam meios de alcançar a liberdade e lutavam por melhores condições de vida. Fato interessante é o texto sobre D Obá II d'Africa, um brasileiro nascido no regime escravista, mas que por direito de sangue era um príncipe do reino Ioruba. O texto destaca a luta deste negro brasileiro (forro) por melhores condições de vida, igualdade racial e abolição da escravatura.

Quanto a abolição, é abordada sob dois enfoques. Primeiro ela é apresentada desde os tempos da colônia, sob a ótica das revoltas e resistências, inclusive cita que quando da abolição formal já existiam poucos africanos escravizados. A abolição é vista sob perspectiva dos escravizados.

Quando a lei oficial de abolição da escravatura foi assinada em 1888, 95% dos africanos e seus descendentes já tinham abandonado o cativeiro. No entanto criou-se a falsa idéia de que os problemas gerados pela escravidão foram eliminados com a abolição. O Estado imperial brasileiro aboliu a escravidão sem se preocupar com o destino dos ex-escravos, atitude que gerou um caos social. Os negros brasileiros ainda sentem os efeitos de quase 3 séculos de escravidão.(CARDOSO,2006:166)

Outro enfoque dado pelo autor é sob ponto de vista econômico e influência inglesa com o advento da revolução industrial e ascensão do capitalismo. A substituição da mão-de-obra escrava para a assalariada é tratada em capítulo anterior, inclusive abordando a estimulação da imigração como uma tentativa de reduzir a população negra ou até mesmo fazê-la desaparecer através da mestiçagem.

Após o capítulo sobre a abolição da escravidão, a questão do negro, não é mais mencionada no livro. A maioria dos capítulos segue uma tendência de abordagem sobre os aspectos políticos e econômico da organização da sociedade brasileira. Quanto ao social, ou composição da sociedade é pouco abordada nos textos, salvo em capítulos dedicados a movimentos populares (como o caso de Canudos e Contestado). Mesmo nestes capítulos, a história segue uma linha tradicional a ser relatada com base nos dados oficiais, documentos, datas e personagens importantes. Outro título que

poderia abarcar a composição da sociedade é dedicado a Urbanização e Higienização no Brasil. O caso em estudo é do Rio de Janeiro, onde há um número considerável de população negra que sofreu com o processo de urbanização, sendo retirada de seus locais de moradias e levadas a regiões periféricas da cidade, mas isso não é abordado no texto. Apesar de algumas considerações interessantes o livro ainda é tímido quanto ao espaço, relativo a quantidade de capítulos, reservado a população negra.

Saber e Fazer História – Do Feudalismo a Consolidação do Capitalismo e Brasil

Império de Gilberto Cotrim

A organização dos capítulos segue ordem cronológica dos eventos históricos, integrando a História do Brasil entre os períodos. Os textos são longos mas com linguagem acessível. Há caixas ao lado do texto que indagam os estudantes aos conteúdos apresentados. Ao longo dos capítulos são feitas reflexões e relações com a atualidade.

A organização dos capítulos e textos evidenciam o viés econômico-político do autor. A sequência de acontecimentos são com bases nos eventos e personagens já consagrados na história tradicional, e os textos apresentam poucas críticas ao sistema escravista. No que diz respeito a História do negro, fica restrita aos subtítulos ligados ao trabalho escravo, resistência e abolicionismo. Já que não há capítulo especial a nenhuma destas temáticas.

A referência aos negros escravizados é feita no capítulo intitulado “Açúcar, escravos e mercado interno” e inserida no contexto da organização do engenho como unidade produtora. No capítulo seguinte “Escravidão Africana” o autor inicia com a seguinte descrição

Por meio do tráfico negreiro, vieram para o Brasil cerca de 4 milhões de africanos, durante mais de três séculos de escravidão. Atualmente o Brasil tem uma população afro-descendente maior do que a de qualquer outro país do mundo, exceto os da própria África. A presença *cultural*⁴ africana é fundamental em nossa sociedade *na música, na dança, na religião, na alimentação, na literatura, etc.* (COTRIM,2006:162)

Infelizmente o autor não destaca em sua obra a presença fundamental das culturas africanas na nossa sociedade. O capítulo segue privilegiando os aspectos econômicos. Prova disso são o tamanho dos textos, o dedicado a resistência é um texto curto, descritivo baseado na obra de João José Reis “Negociação e Conflito”, mas o significado da resistência ao trabalho escravo não é

⁴ Grifos nossos

privilegiado no capítulo.

A origem dos africanos trazidos para o Brasil e a resistência negra são temas trabalhados no mesmo capítulo, fica evidente o espaço dedicado a questão negra na obra. As inovações no sentido de inserir a temática do negro nesta obra é pequena, salvo raros parágrafos que falam sobre o cotidiano e modos de vida dos cativos e da sociedade brasileira.

O papel do negro na sociedade, é entendido como mão-de-obra e sua influência na sociedade é demonstrada pelos conflitos e resistências ao longo do período escravista. E hoje se manifesta através das demonstrações culturais, segundo autor: música, dança, religiosidade, etc. Entendemos que a disposição das influências africanas na cultura brasileira colocadas nesta ordem, reflete a própria educação brasileira, que carece de informações e estudos sobre a História da África e dos negros no Brasil, e ainda se limita a idéia do senso comum de que as contribuições do negro vemos na “música, dança e futebol”.

A abolição é apresentada na obra dentro do capítulo “A crise do Império”, e é colocada como fator de desestabilização do Império brasileiro. O Movimento abolicionista segue enfoque político, destacando alguns intelectuais engajados na causa, não privilegia o protagonismo dos mais interessados na abolição – os próprios cativos. Não há crítica às leis abolicionistas (Lei dos Sexagenários e Ventre Livre) e isto pode dar o entendimento de que estas leis foram realmente cumpridas, no sentido de eliminar a escravidão de forma lenta e gradual como era o interesse do Império. A situação atual da população negra é apresentada em um texto complementar

Mais de um século depois da abolição da escravatura no Brasil, ainda pesa sobre os negros e seus descendentes a herança de mais de trezentos anos de escravidão. [...] Terminada a escravidão, resta ainda a tarefa de combater *preconceito*⁵, o que tem levado *as comunidades negras a uma série de movimentos reivindicatórios*.(COTRIM, 2006:199).

O trecho é elucidativo ao espaço e abordagem do livro a questão negra. E nos deixa algumas reflexões. Trata de forma “genérica” o preconceito, que a de acordo com o texto não seria necessariamente racial, e as comunidades negras reivindicam, mas sobre o quê? Qual a principal pauta dos Movimentos Negros? Esse movimento reivindicatório começou quando? As respostas a estas questões são fundamentais para uma educação voltada para combate do racismo. Esta coleção não

⁵ Grifos nossos

atende as propostas da lei 10639/2003, pois ainda apresenta resquícios de uma história tradicional e eurocêntrica.

**História Temática – Diversidade Cultural e Conflitos; Terra e Propriedade de
Andrea Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli Junior.**

A apresentação desta coleção chama bastante atenção pela proposta de eixos temáticos. Os livros são ricos em ilustrações e os títulos das unidades instigam a uma leitura mais aprofundada. Analisando a coleção como um todo, percebemos que mesmo com uma proposta temática, ela é alicerçada nos acontecimentos cronológicos e na lógica eurocêntrica de História. Talvez a maior diferença com os demais livros analisados resida no fato de ter um espaço significativo para a questão indígena, mas não se pode dizer o mesmo quanto a questão do negro escravizado no Brasil.

Nesta coleção o negro escravizado, como tema específico, aparece pela primeira vez na Unidade intitulada “Trabalho e Resistência”, onde os autores propõem uma discussão sobre o que é ser escravo e o que é ser livre. A relação sobre trabalho escravo não é sob perspectiva do escravismo colonial e sim do escravismo, já que a abordagem é temática.

Ainda neste capítulo na descrição mais específica sobre o escravismo colonial do Brasil, os autores apresentam a substituição do escravizado indígena pelo africano de forma simplista e não aprofundada, leituras mais tradicionais podem correr ao equívoco de achar os negros mais passivos a escravidão.

No Brasil, inicialmente, foram escravizados os nativos indígenas, mas submeter essa população ao trabalho não era tarefa fácil. Os índios conheciam melhor que seus captores o meio em que viviam e podiam empreender fugas bem sucedidas. *Por isso*⁶, logo se recorreu ao tráfico negreiro, um dos mais lucrativos empreendimentos de exploração colonial para os europeus (CABRINI et al, 2005:179)

Há algumas considerações importantes a ser feitas neste parágrafo. Primeiramente parece que os indígenas não foram utilizados como mão-de-obra porque fugiam, ignora-se a questão cultural dos nativos. Quanto a opção pelos africanos, não se deu somente pela negativa do indígena, há que se considerar a antiga experiência nas ilhas atlânticas, além do lucrativo comércio de escravos. Esse tipo de simplismo ocorre durante quase todos os textos analisados. Em seguida os autores falam sobre a

⁶ Grifos nossos.

questão racial, mas de forma descolada, ou seja, fora de um contexto específico, e sem aprofundamento do que seria essa questão racial que se referem:

A questão racial vinculou-se definitivamente à escravidão, pois todos os indígenas negros seriam potencialmente cativos apenas em virtude de sua raça, da cor de sua pele. Quanto menos características físicas de índios ou negros os indivíduos tivessem, maiores seriam suas chances de não serem identificados como escravos.(CABRINI et al,180)

E assim segue os demais textos do volume analisado, dedicado a 6ª série. Os equívocos parecem ser fruto de uma simplificação e resumo de um tema mais complexo que deveria ser abordado de forma mais extensa. Outro exemplo de confusão é a referência ao dia da Consciência negra que segundo os autores

Em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi morto em seu esconderijo e recebeu o chamado “castigo exemplar”: sua cabeça, conservada em sal, foi exposta em praça pública em Recife. Em razão disso, o dia 20 de Novembro é, atualmente, celebrado como o Dia Nacional da Consciência Negra.(CABRINI et al,182)

A comemoração do 20 de novembro não se deu porque a cabeça de Zumbi foi exposta em praça pública, e sim pelo que representa para a população negra, toda a resistência liderada por Zumbi no Quilombo dos Palmares. O 20 de novembro foi a data escolhida pelo Movimento Negro, como a data que representa todo o processo de luta empreendido pela população negra desde que o primeiro africano chegou neste país. E também como uma resposta ao 13 de Maio, data não comemorada pelos militantes dos movimentos negros, estes então elegeram uma data que é significativa para a comunidade negra. Este fato é ignorado ou desconhecido pelos autores.

Quanto a origem, não é evidenciada de que regiões eram os africanos que foram trazidos para o Brasil. Mas os autores expõem de forma descritiva os diferentes reinos e povos que viviam na África.

O trabalhador negro nesta coleção é apresentado como mão-de-obra escrava, não há inovação quanto aos termos, inclusive em vários trechos os autores se referem em “escravos” e “negros” com o mesmo sentido, ou seja, a naturalização “negro=africano=escravo”. A resistência é analisada dentro das questões políticas do Império Brasileiro, no período Regencial. As revoltas estão inseridas num título maior “Movimentos Rebeldes no Brasil”, os textos são descritivos, não há problematização e nem é explicitado os interesses em conflito. Todas revoltas são inseridas neste título, na seguinte ordem: Balaiada, Revolta dos Malês, Farroupilha, Revolta dos Mucker(que é o

maior dos textos em quantidade de parágrafos), Cabanagem, Sabinada e Praiera. Todos como movimentos contestatórios contra Império.

Assim como as resistências o processo abolicionista também é visto sob enfoque político-econômico, o texto tem por base fatos ocorridos, como a proibição do tráfico (em 1850), leis abolicionistas até a Lei Áurea.

A partir dos anos 1870, o governo imperial tomou para si a tarefa de conduzir o processo abolicionista, sem prejudicar os interesses dos cafeicultores. A estratégia era adotar um plano de abolição gradual da escravidão, prolongando por mais tempo possível para possibilitar uma lenta adaptação ao regime de trabalho livre. [...] as a pressão do movimento abolicionista, o número crescente de fugas e rebeliões e a existência de imigrantes europeus para substituir a mão-de- obras do escravos negros anteciparam o fim do trabalho escravo. Assim em 1888, com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, filha de D Pedro II, foi abolida legalmente a escravidão. (CABRINI et al, 196)

O parágrafo ilustra o enfoque dos autores sobre a abolição, e quanto aos reflexos da escravidão na sociedade atual, com relação a população negra, os livros ficam devendo uma reflexão sobre escravismo colonial e população negra no Brasil. Sem dúvida entre as obras analisadas, esta é a coleção que menos colabora para um ensino de valorização da cultura negra e desconstrução de preconceito.

O espaço dedicado a população negra nos livros desta coleção, como os demais, se limita ao tempo da escravidão, resistência e abolição. Após 1888 os negros, enquanto sujeitos históricos, parecem desaparecer da História do Brasil. O volume dedicado a 8ª série sobre a temática “O mundo dos Cidadãos” não reserva nem um texto específico para tratar da questão negra no Brasil. há um capítulo que aborda as lutas dos movimentos sociais, por trabalho terra e condições mais justas, em nenhum momento as questões ligadas a população negra são descritas nem ao menos citada.

Quanto ao racismo nenhuma das obras falam no Brasil, exceto como reflexo da escravidão e ponto final, não se trabalha mais a questão. Os casos de racismo são citados nos EUA como textos complementares sobre a Ku Klux Klan, e a luta dos negros nos Estados Unidos por igualdade racial. Outro caso é o apartheid na África do Sul, é interessante como estes casos são apresentados como se no Brasil não tivéssemos problemas de desigualdades raciais. Mais uma vez, o “mito da democracia racial” se faz presente no nosso ensino, afinal no Brasil somos todos iguais fruto da união das três raças, o branco, o índio e o negro.

Outra consideração, é que todas as obras analisadas fazem referência a Gilberto Freyre, porém não tecem nenhuma crítica as representações contida em sua obra “Casa Grande e Senzala”, como a idéia de que no Brasil a escravidão foi atenuada pelas relações que existiam entre senhores e cativos. Sem dúvida a obra de Freyre é inovadora dentro da Historiografia brasileira, pois tratou da importância dos africanos na formação da sociedade brasileira, porém deve se levar em consideração o projeto de valorização da mestiçagem como símbolo da “nação brasileira”. O início do processo de miscigenação é fruto do estupro de muitas mulheres índias e negras pelos europeus, e isto é fundamental numa proposta educacional voltada ao respeito e valorização das diferenças.

Sob ponto de vista didático, os autores diferem quanto ao aprofundamento das informações históricas presentes em suas obras. Os textos oscilam entre breves e longos a respeito da origem dos africanos trazidos para o Brasil e sua trajetória dentro da sociedade brasileira.

Quanto a resistência somente uma coleção – Tudo é História – dá protagonismos aos cativos no processo abolicionista. Quanto ao espaço reservado a esta temática dos negros fica evidente que a organização dos conteúdos ainda se apresenta de forma tradicional e eurocêntrica. Sem dúvida para que a lei 10.639 chegue até os livros didáticos de História é necessário que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, inclusive a (re)organização dos conteúdos escolares. Afinal quais são os valores presentes em nossos livros? Na nossa educação? E incutidos na nossa cultura? Neste sentido os materiais didáticos ainda são tímidos para propor uma mudança visando a formação de uma consciência política e histórica da diversidade.

Nosso trabalho demonstra, no que diz respeito ao material didático, que o processo de implementação da Lei 10639/2003 está em construção. Não podemos negar as tentativas de inovações e resignificação das abordagens de alguns autores, que dão aos negros cativos e libertos a condição de agentes de sua história. Porém ainda é preciso mais, além do material didático, que precisa avançar no que concerne aos agentes sociais, precisamos de professores qualificados e atualizados quanto as questões das desigualdades raciais, e ainda uma esforço em todos os ambitos da sociedade para que a educação rompa os preconceitos criados ao longo da História da humanidade.

Referências Bibliográficas:

BEZERRA, Holien Gonçalves. Ensino de História: Conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org). História na Sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005. p.37-48

BITTENCOURT, Circe. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. IN: KARNAL, Leandro (org). História na Sala de aula: Conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005. p.185 a 204.

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – Da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. IN: ROMÃO, Jeruse (org). História da Educação do Negro e outras Histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. 2005.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Sepir. Brasília, Outubro/2004.

JUNIOR, Elio Porto dos Santos; SOARES, Andre Luis R. Soares. O Negro no livro didático: História de racismo, preconceitos e mentiras. IN: [Anais] IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História/Departamento de Ciências Sociais. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000. p.352-363.

MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. IN: M Abreu & R. Soihet. Ensino de História: Conceitos temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003. p.127-136.

MUNANGA, Kabengele. O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impact no proceso de aprendizagem do “alunado” negro. IN: AZEVEDO, José Clóvis, et al (Org). Utopia e democracia na educação cidadã. Porto Alegre:Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000,p.235-244

_____. Uma abordagem Conceitual das Noções de Raça, racismo, Identidade e etnia. Palestra proferida no 3º seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB/RJ, em 05/11/2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro: v. 25 n. 3, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003&Ing=pt&nrm=iso Acessado em: 16/05/2007.

SILVA, Eduardo; REIS João José. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

SILVA, Lilian Conceição. Educação como meio de combater o racismo. IN: Revista Identidade Vol 06, julho-dezembro/2004.

SOUZA, Elisabeth Fernandes de. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. IN: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

Livros didáticos analisados:

CARDOSO, Oldimar Pontes. Tudo é História: História Moderna e História da América Colonial. 6º série do ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2006.

CARDOSO, Oldimar Pontes. Tudo é História: História Contemporânea e História do Brasil (Séc. XIX-XX). 7º série do ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 2006.

COTRIM, Gilberto. Saber e Fazer História: Feudalismo, Modernidade Européia e Brasil Colônia. 6º Série. 3º edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

COTRIM, Gilberto. Saber e Fazer História: Consolidação do capitalismo e Brasil império. 7º Série. 3º edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI JUNIOR, Roberto. História Temática. 6º, 7º e 8º Séries. São Paulo: Scipione, 2004.